



SD2021

VIII SIMPÓSIO DE DESIGN SUSTENTÁVEL
SUSTAINABLE DESIGN SYMPOSIUM



1, 2 E 3 DE DEZEMBRO DE 2021

DECEMBER, 1st, 2nd and 3rd, 2021

ONLINE | CURITIBA, BRASIL

SDS2021.UFPR.BR

DESIGNS DO POR VIR: VIDA, MOVIMENTO E CORPOREIDADE

DESIGNS TO COME: LIFE, MOVEMENT AND CORPOREALITY

RAQUEL GOMES NORONHA, Doutora | UFMA

PEDRO AMADOR DE SÁ FURTADO, Especialista | EBC

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão ensaística sobre as relações de designs por vir com a superação do paradigma antropocêntrico. A partir da história social dos conceitos e teorias vinculados ao antropoceno, trazemos para nossa argumentação autores da antropologia, sociologia, filosofia para se pensar modos criativos e engajados de se viver em um mundo em processo de mudança climática, com a emergência de se pensar a vida como centro de tais práticas, e não o humano. Apresentamos ainda, a proposta da biodanza como sistema mediador de um diálogo entre autores do campo do design e nossa experiência de decolonização de corpos para um design biocêntrico: o projeto “Corpo e design”, realizado pelo NIDA – Núcleo de pesquisas em inovação, design e antropologia da UFMA. Partindo da experimentação vivencial da atencionalidade e do engajamento no fluxo da vida pelo movimento, pela música e pela corporeidade em um contexto grupal, recorreremos ao princípio biocêntrico, proposto pelo criador do sistema biodanza, o antropólogo e psicólogo chileno, Rolando Toro Arañeda.

PALAVRAS-CHAVE

Biocentrismo; Antropocentrismo; Designs outros; Biodanza; Corpo e design; Correspondências.

ABSTRACT

This paper presents an essayistic reflection on the relationship of designs to come from the overcoming of the anthropocentric paradigm. Based on the social history of concepts and theories linked to the anthropocene, we bring to our argument authors from anthropology, sociology, philosophy to think about creative and engaged ways of living in a world undergoing a process of climate change, based on the emergence of life as the center of such practices, not the human. We also present a proposal for biodance as a mediating system for a dialogue between authors in the field of design and our experience of decolonization of bodies for a biocentric design: the “Body and design” project, carried out by NIDA - Nucleus for research in innovation, design and anthropology, UFMA. From the experimentation of attention and engagement in the flow of life through movement, music and corporeality in a group context, we turn to the biocentric principle proposed by the creator of the biodanza system, the Chilean anthropologist and psychologist Rolando Toro Arañeda.

KEY WORDS

Biocentrism; Anthropocentrism; Other designs; Biodanza; Body and design; Correspondences.

1. INTRODUÇÃO

Quais designs há por vir? Essa pergunta dialoga com o livro da filósofa Débora Danowski e do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, “Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins”, no qual discorrem sobre as “causas (antrópicas) e as consequências (catastróficas) da ‘crise’ planetária que vem se desdobrando em escala mundial e em velocidade acelerada (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p.15).

O que acontecerá com um campo do saber, nascido e criado no âmbito da modernidade e intrinsecamente articulado às práticas de criação de mundos de segunda mão e com a obsolescência programada (WRIGHT MILLS, 2009), quando percebermos que a ‘crise’ não é de fato uma crise, passageira, como nos alerta Bruno Latour (2020) – trata-se de uma mudança irreversível na feição e dinâmicas do planeta, caracterizando-se pela ação concentrada dos humanos como jamais foi visto antes, a ponto de denominarmos uma era geológica em seu nome: o antropoceno?

Pensar designs outros, tarefa que mobiliza, hoje, pensadores do campo e externos a ele, em todo o mundo, nos traz uma infinidade de novos termos e designações para as práticas e pensamentos que buscam alternativas e soluções para a mudança climática. Este ensaio busca uma reflexão sobre alguns termos constantemente acionados no arcabouço discursivo do design: antropocêntrico, pós antropocêntrico, de transição e também às formas pelas quais tratamos os nossos outros: não humanos e mais que humanos. Apresentamos, ainda, o paradigma biocêntrico que nos direciona girar a chave do antropoceno e trazer a vida – inicialmente para o centro do discurso e em seguida para o centro das práticas criativas.

Como relato de experiência, apresentamos o projeto “Corpo e design” que possibilita a inclusão de corpos colonizados e mentes moldadas no âmbito do design racionalista no fluxo da vida, preparando-os para a consciência mais ampliada sobre Gaia, sobre nosso papel na vida e um design biocêntrico. Pautados pela vivência atencional, pelo movimento, pela música e pela corporeidade em conexão com a vida, relacionamo-nos com o princípio biocêntrico estabelecido por Rolando Toro, psicólogo e antropólogo chileno precursor do sistema integrativo de desenvolvimento humano denominado Biodanza. Mesclando práticas de correspondências, apreendidas com o antropólogo Tim Ingold, e do design participativo, Corpo e design é uma experiência pedagógica micropolítica de design, para que possamos acessar outras formas de sentir, de criar e de “fazer design” em confluência com Gaia e não em dissonância com Ela.

2. RECONHECENDO O ANTROPOCENO COMO UMA ERA

A nomenclatura “Antropoceno” é atribuída à Paul Crutzen e Eugene Stoermer em 2000, em texto homônimo, publicado na *Global Change Newsletter* (MENDES, 2020). No texto, os autores fazem uma historiografia do conceito desde os impactos humanos no Holoceno, era geológica anterior ao denominado Antropoceno, a qual perdeu pelos últimos 12 mil anos, desde a última Era Glacial. O Holoceno, segundo Crutzen e Stoermer (MENDES, 2020) significa “totalidade recente”, e foi oficialmente adotado em 1885, no Congresso Geológico Internacional de Bolonha.

De lá para cá, a humanidade testemunha seu próprio e crescente impacto, com o crescimento populacional, o incremento da produção agrícola e cultivo de animais, a extinção de espécies da flora e fauna em todo mundo, especialmente com a extinção de 50% dos manguezais das zonas costeiras terrestres, a emissão de carbono e a exploração dos recursos fósseis, entre outros. Estes fatores são apontados pelos autores (*op.cit*) como característicos da nova era geológica, o Antropoceno, caracterizado pela intensa ação humana na biosfera.

Sem estabelecer uma data específica para o advento do Antropoceno, Crutzen e Stoermer (2000) propõem o final do século XVIII, mas admitem que todo o Holoceno já pode ser percebido pelo crescente impacto da humanidade na ecologia e geologia terrestres.

Bruno Latour relata em uma das conferências do livro “Diante de Gaia. Oito conferências sobre a Natureza no Antropoceno”, escrita em 2013 e publicada em 2020, a sua expectativa na ocasião do Congresso Geológico Internacional de 2012, quando especulava-se o fim do Holoceno, e como isso seria definido, tamanho o impacto de uma decisão como essa. Latour expõe trecho da ata do citado evento, com uma (in)definição desta envergadura: “o grupo de pesquisa considera no momento o Antropoceno como uma possível época geológica, ou seja, situada no mesmo nível hierárquico que o Pleitoceno e o Holoceno, o que implica que está localizado no Período Quaternário, mas que o Holoceno acabou” (LATOURE, 2020a, p. 183).

O mais surpreendente para o autor não foi a possibilidade de o antropoceno ter sido (in)definido como uma era geológica, mas o fato de afirmarem que “o Holoceno acabou”, o que significa o fim de uma era marcada pela estabilidade. Quando se cogitou a atribuição do nome Antropoceno à era geológica emergente, pelo Congresso Geológico Internacional, isso significou dizer que a ação humana tem o nível de impacto comparável às atividades tectônicas. Latour afirma, por meio de dados, que o impacto energético humano “gira’ por assim dizer, em dezessete terawatts, e isso de 24 em 24 horas, o que o torna comparável ao gasto energético de vulcões e tsunamis, mas em curtos períodos.” (LATOURE, 2020a, p. 189).

O fato é que o século XX foi o palco de uma revolução tecnológica tão rápida, que ficou difícil para os geólogos – cientistas sérios, como mencionado por Latour – colocarem sua “cavilha de ouro” em um marco tão próximo – logo eles, segundo Latour (com ironia), que sempre puderam se dar ao luxo de decidir as coisas tão lentamente, dentro dos passos lentos das geohistórias. Latour, por outro lado, dialogando com a ordem do dia e da história, segue adiante em sua discussão, em um de seus livros mais recentes, intitulado “Onde aterrar? Como se posicionar politicamente no Antropoceno”, de 2020.

Na obra, Latour aponta o negacionismo do impacto humano pelas maiores potências mundiais e a renitência em se alinharem aos acordos e metas relacionadas à mudança climática, no último quarto do século XX. A reflexão que nos deixa é que quanto mais recente for a colocação do marco inicial do Antropoceno, maior impacto político terá: se lidarmos apenas com a concepção de que onde há humanidade há impacto humano, o Holoceno já poderia ser considerado Antropoceno; contudo, se o impacto e potência da humanidade for reconhecido como resultado da exploração capitalista do homem sobre a natureza, isso só deve ser considerado do século XIX para cá, e preferencialmente a partir do século XX.

Destarte, entendemos a ligação profunda do modo de produção capitalista com a capacidade da ação humana produzir impactos geológicos no planeta – condição *sine qua non* para que os geólogos concebessem o Antropoceno como uma era geológica de fato – e as consequências catastróficas dessa ação na mudança climática do planeta. Essa perspectiva é fruto de um paradigma epistemológico que pautou (a ainda pauta) a produção do conhecimento ocidental e a própria noção de sujeito destacado da natureza.

2.1. A superação do paradigma antropocêntrico

“O rio Doce, que nós os Krenak, chamamos de *Watu*, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte de nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização” (KRENAK, 2020, p.40).

“Estamos falando dos irmãos que matam nossa sede, que nos banham, que cuidam das nossas necessidades – estes [irmãos] são o que chamamos de rio. Nós não usamos o rio como esgoto; um irmão não pode esfaquear outro irmão. Nós não apunhalamos nossos irmãos. Se as corporações transnacionais se preocupassem com o nosso solo, como nós temos feito há milênios, teríamos prazer em dar espaço para que eles pudessem trabalhar aqui – mas eles se importam apenas em se beneficiar economicamente, em acumular fortuna. Não entendemos por que o governo quer arriscar nossa vida com esses decretos.” (Depoimento do indígena Leni, um jovem líder de AwajunWampi *apud* DE LA CADENA, 2018, p.97).

A fala de Ailton Krenak, em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo” expõe a diferença entre uma relação a partir do entendimento de si e de sua coletividade como sendo natureza, diferentemente do conhecimento (cultura) apartado da natureza, representado na fala pelos “economistas” que entendem o rio como recurso. O exemplo simples e claro reflete cosmovisões discrepantes que hoje fazem parte dos paradigmas vigentes no campo acadêmico e que pautam as discussões que aqui propomos.

Marisol de La Cadena, antropóloga peruana, chama nossa atenção para as classificações que fazemos das relações com os terrestres, sejam rios, pessoas, animais, pedras ou vento. A autora aciona conceitos de Ranciére e Viveiros de Castro – o dissenso histórico e o equívoco – para lidar com as situações em que cosmologias diversas requerem termos diversos e muitas vezes a relação entre cosmologias profundamente diferentes – como as indígenas e as ocidentais. Assim, os acordos interespecies só seriam possíveis em novos termos. Em seu texto “Natureza incomum: histórias do antropego” os parentescos entre as pessoas e a água e a floresta podem transformar o próprio território em AwajunWampi. Nas palavras da autora:

Essa relação – em que as pessoas e o território estão juntos – excede as possibilidades dos humanos modernos e da natureza moderna, bem como as relações modernas entre eles, sem excluí-los. No entanto, isso complica o conflito: em vez de um abuso de poder que pode ser desfeito (com dificuldade, se fosse possível, é claro), o conflito se torna um mal-entendido impossível de ser resolvido sem um envolvimento nos termos que tornam o território outro em relação à capacidade de compreensão do estado e, portanto, a seu reconhecimento (DE LA CADENA, 2018, p.98).

Assumir-se natureza implica a ruptura com o paradigma humanista, aquele que nos coloca, homens, no centro do discurso e das práticas, indo além do *Antropos (humano)*, e indo ao *Andros (homem)*, deixando, ainda, as mulheres fora desta centralidade. A noção de sujeito iluminista, ou de sujeito renascentista, é caracterizada por Stuart Hall (2001) pela centralidade, pela unificação do próprio eu, a partir da individualidade e do masculino. Como paradigma científico, essa visão de mundo também pode ser conceituada como paradigma antropocêntrico, que se instaura a partir de 1600 dC, na qual o homem substitui Deus como centro do universo, passando a ser principal referência para o processo civilizatório. A esse processo de impossibilidade de ser, de impedimento epistemológico a todos os outros que não são humanos, Marisol de La Cadena nomeia por meio do trocadilho antropego-cego:

Na verdade, o “cego” não se refere propriamente a um regime de visibilidade. Em vez disso, o termo quer fazer referência a algo inerente a uma condição de impossibilidade hegemônica formulada historicamente, indicando que parceiros antagonistas e suas relações antagonicas estão incluídas no antropego-cego. Por um lado, o antropego-cego compreende as práticas e os praticantes da vontade que concedeu a si própria o poder de erradicar todos os seres desobedientes para que se adaptem ao “humano” conforme sancionado pela modernidade (nas versões inicial e tardia) (DE LA CADENA, 2018, p.101).

Ruth Cavalcante, criadora da educação biocêntrica, e Cezar Wagner de Lima Góis, psicólogo e docente da UFC, facilitadores didáticos do sistema da biodanza, sobre o qual nos deteremos mais adiante, elencam as principais características do antropocentrismo:

Razão e poder; a construção experimental do conhecimento, considerando as coisas da religião (fé) separadas das coisas da ciência (matéria); a multiplicação de escolas e universidades; a redução e controle da natureza; o avanço da nova ciência (moderna); organização racional do trabalho; a desvalorização da fé, do místico e dos sentimentos de amor e vínculo [...] a explosão do individualismo e do consumismo; tudo isso constitui a sociedade moderna com sua ordem social baseada em um Estado de Direito (CAVALCANTI e GÓIS, 2015, p. 29.)

Como paradigma científico, antecedido pelo Cosmocentrismo (c. 40.000 aC-5.000 dC), e depois pelo Teocentrismo (c. 5.000 aC-1600 dC), o Antropocentrismo norteou o pensamento social moderno, instaurando as separações raciais, coloniais, disciplinares e a grande cisão entre o Homem e a natureza. Marisol De La Cadena (2018, p.101) reflete sobre a separação natureza-cultura: “Como um processo organizado de destruição – às vezes por meio de uma assimilação oferecida benevolmente –, o antrope-cego incluiu e continua a incluir uma guerra silenciosa travada contra entidades e práticas mundiais que ignoram a separação de entidades em natureza e cultura”.

Kuhn (1975) afirma que um paradigma não é substituído de forma pacífica por outro. Vide o exemplo citado no início deste item (LATOURET, 2020a), sobre a questão do Antropoceno como era geológica... não há uma precisão no marco inicial, mas sim, uma sobreposição, um período de transição em que os paradigmas coabitam a paisagem epistemológica, provocando debates acalorados nas sociedades científicas.

Quando nos propomos a pensar o Antropoceno como era geológica ou o Antropocentrismo como paradigma científico, percebemos uma série de fatores que marcam a passagem da era ou do paradigma anterior para os atuais e como são muito claros e se repetem: o autoritarismo político; as movimentações em massa pela Terra, e a efervescência científica (e a sua negação). Chama a nossa atenção a rapidez dessa última era/paradigma em se estabelecer e rapidamente provocar o impacto crítico e reativo, assim como a emergência de um paradigma oposto. Nunca houve uma reação tão rápida... cerca de 500 anos somente. Em termos humanos, é bastante; em termos geológicos, são segundos perante o Universo.

Essa súbita coalisão dos Humanos com a Terra, a terrificante (ou “terra-ficante”) comunicação do geopolítico com o geofísico, contribui de maneira decisiva para o desmoronamento da distinção fundamental da *episteme* moderna – a distinção entre as ordens cosmológicas e antropológica, separadas desde “sempre” (quer dizer, pelo menos desde a metade do século XVII), por uma dupla descontinuidade, de essência e de escala. De um lado, assim, a evolução da espécie, de outro, a história do capitalismo (a longo prazo, todos estaremos mortos) (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p.30).

Para Danovski e Viveiros de Castro (2017), a humanidade pode ser considerada um momento cataclísmico na Terra, em se considerando o relógio evolutivo do *Homo sapiens*, um evento súbito e desconcertante para a Terra. E acionam a célebre frase de Lévi-Strauss: “o mundo começou sem o homem e terminará sem ele” (LÉVI-STRAUSS, 1955-477-78 *apud* DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p.33). Todo esse caminho, de fato muito resumido, em torno do Antropoceno/Antropocentrismo serviu-nos para duas reflexões: a forma vertiginosa de sua ascensão, apogeu e reação crítica (ainda não diríamos queda) e a potência no agir do Homem sobre a Terra, de forma tão profunda e direta que provocou respostas à altura, de Gaia.

3. VOLTANDO A CAMINHAR COM GAIA, ENQUANTO HÁ TEMPO

James Lovelock, cientista e ativista britânico, propôs, na década de 1970, a ideia de que a Terra é um superorganismo vivo, capaz de se autorregular em suas necessidades e processos de evolução, tal qual uma célula. Essa teoria ficou reconhecida como a hipótese de Gaia. Bastante polêmica, a tese foi refutada pela ciência antropocentrista, que outorgava a fenômenos físicos – geológicos, em sua maioria – a constante modificação da biosfera, e não à capacidade *autopoiética* da Terra.

Para Lovelock, a autorreprodução sistêmica da Terra tem como centro a vida, que não está apartada dos fenômenos físicos: de forma simples, podemos dizer que há vida na forma como tais fenômenos acontecem. Minerais, gases, matéria orgânica, animais, bactérias, fungos, enfim, tudo é movido pela vida.

A bióloga Lynn Margulis corroborou a hipótese de Gaia com suas pesquisas sobre a simbiogênese, apresentando uma interrelação entre os cinco reinos, estabelecendo princípios para se pensar as participações profundas e radicais que nos interessam, no campo do Design, e em muitos outros, já que acreditamos na reconexão dos saberes. Uma forma de codesenhar a vida nos ensina a pensar Ana Tsing quando esta nos convida a observar “monstros e fantasmas do Antropoceno” em sua coletânea *“Arts of living in a damaged planet”*

Contra o conceito de Indivíduo, os monstros destacam a simbiose, os desdobramentos dos corpos dentro de corpos em evolução e em todos os nichos ecológicos. Em uma moda dialética, monstros e fantasmas desestabilizam o *Anthropos*, o termo grego para Humano, do seu presumido posto no centro, para dar visibilidade a teias de histórias e corpos a partir dos quais todas as vidas, inclusive as humanas, emergem (TSING, 2017, p.3, tradução nossa).

A autopoiésis e a simpoiésis convivem mais em complementaridade do que em oposição com Donna Haraway. Para a autora, o nosso equilíbrio e reprodução estão intimamente ligados às nossas associações de diversas formas, como organismos que fazemos parte de outros organismos, os holobiontes. Não há separações, não há plena autonomia. Mas sim, formas de viver em associação com tudo que é Terra. Haraway nos fala de fazer parentescos com espécies companheiras, sejam bactérias ou cachorros, nas trilhas de Margulis:

Como Margulis, eu utilizo holobiontes no sentido de uma assembleia simbiótica, em qualquer escala no tempo e no espaço, que são mais como nós em relações inter atuantes em complexos sistemas dinâmicos que entidades biológicas delineadas (células, genes, organismos, etc) em interações que podem ser concebidas apenas como competitivas ou cooperativas (HARAWAY, 2017, p.26, tradução nossa).

Como holobiontes, e em diálogo com os autores e autoras trazidos nesta conversa, é possível imaginarmos designs para além daqueles centrados no humano – fruto de processos positivistas que, como vimos no item anterior, dividiram natureza e cultura, e colocaram o homem no centro do universo.

Há quatro, quase cinco décadas o design vem redesenhando sua rota rumo à um design centrado na vida, mas a passos lentos. Ao dialogar com a construção de mundos de segunda mão, conforme nos relembra Charles Wright Mills (2009), com seu texto de 1954, “O homem no centro: o designer”, e com o processo da indústria cultural e da obsolescência programada, a (in)sustentabilidade e o des-envolvimento passaram a ter lugar central nos discursos e práticas do design.

Uma retomada das relações – inicialmente entre humanos e mais recentemente com outros seres – deslocaram o objeto, o produto de design como fim do seu processo, e a produção de sentidos emerge como novo objetivo do campo,

ao lado do antigo “solucionar problemas”. Com Donna Haraway, escolhemos ficar com o problema; assim como conviver com os monstros e fantasmas do Antropoceno, conforme a proposição de Tsing.

Quando posicionamos as relações como centro do processo de design, estamos nos posicionando em determinado tempo e espaço, aterrando na Terra com T maiúsculo, em alusão à provocação de Bruno Latour em “Onde aterrar? Como se posicionar politicamente no Antropoceno”. As relações como vimos anteriormente, antecedem a existência individual e são a condição para a vida. Qualquer forma de experiência cuja centralidade é a vida desvia o foco da individualidade humana e expande-se para as tessituras dos entres, dos meios, dos interstícios, das fendas e das intersubjetividades.

O design nasce sob a égide do projeto – etimologicamente lançar à frente – imaginando e criando caminhos para resolver problemas dados, dentro de uma perspectiva industrial, inicialmente. Com o tempo, englobou os discursos e práticas sobre o bem estar, a responsabilidade social e a produção de sentido cultural, e a participação – ainda dentro da mesma espécie – é um primeiro passo, desconstruindo, ainda que lentamente, a centralidade do ocidental, do masculino, do capitalismo, dentro dos processos de design.

Mas isso não é suficiente: o design, como cria do Antropoceno, dialoga com bem estar, sociedade e cultura a partir deste referencial, sem considerar os termos, anseios e conceitos dos mundos outros que coabitamos, ainda que estejamos dentro da espécie humana. Como holobiontes, estamos o tempo todo realizando acordos. Como os das bactérias e fungos dos nossos corpos, a pipa com o vento, os rios com suas margens, os fungos com os compósitos. O que nos interessa com toda a discussão aqui apresentada é como realizamos tais acordos, e em que termos. Se nos posicionamos como pontos centrais do processo, estaremos pautando os conceitos e visões de mundo em nossos paradigmas. Quando referenciamos os seres com os quais nos relacionamos como não-humanos e mais que humanos, estamos partindo do paradigma antropocêntrico. A referência para a nomeação do outro é a nossa própria referência. Como dialogar, por fim, de forma interespecífica e mesmo intraespecífica, relacionando-se com as impossibilidades criativas geradas pelas relações de poder?

Assim enfatizamos a importância da ação e da experiência vivencial neste processo. Aproximar-se de Gaia e dos terrestres é estar em movimento constante de intersubjetividades. Gaia, segundo Latour (2020a), não é a mãe, não é a protetora, não é a Deusa, não é nada senão a consequência das ações dos viventes atuando sobre a terra geológica atual. Essa proposição nos inclui e às nossas próprias ações como sendo a própria Gaia. Tal perspectiva, nos ajuda a encontrar caminhos para superar a cisão positivista de natureza e cultura.

4. DESIGNS EM MOVIMENTO: A VIDA NO CENTRO

Quando Tim Ingold nos propõe a estarmos vivos (INGOLD, 2011) e a nos relacionarmos intersubjetivamente com as coisas, materiais, ambientes e seres de todos os reinos, estamos despertando uma forma engajada e atencional de viver: estamos nos correspondendo com o mundo vivido e seus fluxos, gerando conhecimento, ou se apropriando dele, a partir das entranhas da experiência vivenciada – “o conhecimento que vem de dentro”, nas palavras de Ingold. Conhecer, apreender, são práticas de correspondência, na qual movimento e ambiente são o que fazem a vida acontecer – estamos em um mundo cognoscível, um oceano de infinitas possibilidades que nos insta a nele mergulhar com inteireza e com a complexidade que nos constitui, não a partir da racionalidade, mas da interação profunda e multidimensional com este mesmo mundo.

Mergulhando então numa perspectiva do sentir e do pensar o design fora dos balizamentos gestados e desenvolvidos no antropoceno, encontramos um fluxo forte que nos conduz à proposta de inversão epistemológica da produção do conhecimento cognitivo, racional, científico-acadêmico, para o conhecimento decorrente da vivência, a partir da corporeidade vivida e interrelacional. Em tal proposta existe a intenção de unir à instância reflexiva, superexcitada na era do antropoceno, a instância pré-reflexiva do ser humano, historicamente banida e rechaçada, mas que é a sede da

sensorialidade e da sensibilidade, dos sentidos, das emoções, dos sentimentos, da linguagem, do pensamento e da consciência (CAVACANTE e GÓIS, 2015, p. 118).

Ressaltando a importância da vivência da corporeidade para a união dessas duas instâncias, Merlau-Ponty afirma que “O corpo apresenta aquilo que sempre foi próprio da consciência – a reflexividade; mas apresenta, também, aquilo que sempre foi próprio do objeto – a visibilidade. O corpo é esse visível que se vê, esse tocado que se toca, esse sentido que se sente” (pg 119 EB). O corpo é origem e base de um mundo sensível, “... selvagem e bruto, desde onde emergem as categorias reflexivas” (CHAUÍ *apud* MERLAU PONTY, 1984).

E, intuindo que o design porvir talvez deva voltar às origens – para então seguir –, encontramos o sistema Biodanza, criado pelo psicólogo e antropólogo chileno Rolando Toro, na década de 1970. Visando a integração e o desenvolvimento do ser humano com uma metodologia estruturada no princípio biocêntrico e na unidade movimento-música-vivência, a biodanza surge no contexto do projeto de extensão corpo e design para viabilizar a experiência vivencial de conceitos e ideias dos autores que embasam as possibilidades do que está por vir no campo do design.

Corpo e design é uma ação do Núcleo de Pesquisas em Inovação, Design e Antropologia (NIDA) que busca promover aprendizagens vivenciais para o processo de design. Ao deslocar a função do(a) designer de um mero finalizador de processos a uma atuação participativa nos processos criativos e culturais nos tempos atuais, a ação extensionista objetiva promover práticas sobre corporeidade, percepção e qualidade de vida, envolvendo a comunidade acadêmica da UFMA e facilitadores em biodanza. Nossas atividades foram interrompidas após dois meses de sessões semanais (janeiro a março de 2020) pela pandemia, e o contato físico proposto pela prática vivencial ficou impedido. A retomada das sessões acontecerá em janeiro de 2022.

Assim propomos uma prática que entrelaça a corporalidade e a participação no campo do design, que possibilita a exploração de outros modos de projetar, íntimo a uma perspectiva de decolonização de saberes (TUNSTALL, 2013). É necessária, portanto, a valorização de práticas que exercitam um corpo apto a ser sentido em alteridade, a partir do encontro com outros territórios (SANTOS e GUIZZO, 2019), por meio de processos de correspondências (INGOLD, 2011), visando o desmantelamento de modelos eurocêntricos da práxis do projeto e ensino no design.

Evidencia-se o papel ainda corrente do design como um reproduzidor de modelos colonizados de conhecimento, alicerçado a um conjunto de paradigmas científicos modernos que reverberam em práticas hierárquicas e individualizantes, sendo necessária a orientação em via de uma perspectiva mais colaborativa e atencional, pautada na empatia, na atenção e no cuidado entre os agentes dos processos mediados.

A prática da biodanza vem possibilitando aos designers um autoconhecimento e percepção sensível e afetiva da alteridade, para atuar de forma sustentável, colaborativa e integrada na sociedade e com o meio ambiente, enfatizando nesta ação especificamente as linhas da vitalidade, criatividade e afetividade, reconhecendo-as como potenciais humanos conforme a proposição de Toro (2002), fundamentais para se pensar a formação de designers conectados às mudanças de paradigma no campo de conhecimento em questão. Importante mencionar que o processo de experimentação em corpo e design ainda está em curso.



Figura 1: Momento de intimidade verbal, de compartilhamento de experiências da sessão anterior.
FONTE: Fotografia por Raquel Noronha.



Figura 2: Momento vivencial, de experimentação corporal.
FONTE: Fotografia por Raquel Noronha.

5. CONCLUSÃO

Após este percurso, percebemos quantos designs há por vir... durante o processo de experimentações participativas através da biodança, reativa-se o “animismo” das experiências, desenhadas em meio aos fluxos de participação, como uma forma de recuperação daquilo a que fomos apartados (STENGERS, 2012), isto é, uma relação mais íntima com habilidades inerentes à experiência do afetar e ser afetado, num encontro que se desenrola através da reciprocidade do corpo com o pensamento, possibilitando vir à tona a memória de saberes inferiorizados pelo apagamento da colonialidade. Importante mencionar que tais vivências aconteceram em paralelo em um momento de realizações de pesquisas de campo com 41 comunidades produtivas do estado do Maranhão, na qual estavam envolvidos a maioria dos integrantes do projeto corpo e design. A prática do design participativo afetava e era afetada, nos primeiros meses de 2020, pela experimentação vivencial, conectando mundos diferentes – os dos designers e dos artesãos e artesãos de nove regiões do estado do Maranhão.

Essa multidimensionalidade de experiências era o próprio processo em andamento, o design em correspondência com as múltiplas vivências, materiais diversos, ambientes e cosmologias outras, para além daquelas ensinadas em sala de aula. A vivência da corporeidade, formada de afetos e consciência corporal, permite tornar tangível o potencial de transformação que o reativar dessas práticas possui em produzir exercícios de criação heterogêneos e pluriversais (ESCOBAR, 2016). Dessa forma, o projeto em design se desloca de parâmetros individuais a fim de se aproximar de um fazer relacional e intersubjetivo, mediante aos processos atencionais que se desenvolvem nessas vivências.

A ação de extensão aqui apresentada tem como finalidade desenvolver habilidades pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem no design, consolidando a formação de designers aptos a se perceberem em alteridade, exercitando movimentos participativos de experimentação corporal com o intuito de fortalecer uma prática acadêmica e profissional que valorize todos os agentes dos processos projetuais, desde suas integridades e especificidades subjetivas.

Por sua vez, a biodança nasce do princípio biocêntrico, decorrente do paradigma biocêntrico, que consiste na visão da vida como uma rede complexa de relações e interações, não lineares, que ganham centralidade em

oposição ao paradigma antropocêntrico. Tal abordagem ensejou ainda a criação da Educação Biocêntrica, termo cunhado pela educadora Ruth Cavalcante (CAVACANTE e GÓIS, 2015), que faz parte desta ação como mentora e palestrante convidada.

Desta forma é possível estimular potenciais criativos, nos quais a palavra cede lugar à expressividade do corpo, como novas formas de fazer design. Direcionam-se, então, vivências sobre as linhas vivenciais anteriormente mencionadas, especificamente as que dialogam com o processo de design, a saber as da vitalidade, criatividade e afetividade, qualificando o design e novas formas de promovê-lo com impacto emocional positivo e integrador.

Assim, é reconhecido o caráter inovador ao exercitar pensamento e corpo como práticas democráticas relacionadas às necessidades do contemporâneo (SANTOS e GUIZZO, 2019), estimulando técnicas e particularidades corporais para colaborar com a transmissão de tradições e culturas (MAUSS, 2003) e contribuindo com a filosofia do movimento (LABAN, 1990; INGOLD, 2011) que parte da ideia de que o homem se movimenta para satisfazer, a princípio, uma necessidade, mas pode também se movimentar para desprender energia e dissipar tensões e, principalmente, expressar sua singularidade através de ações que operam com linguagens expressivas como fazer arte, desenhar, dançar, pintar e falar.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos aos estudantes da graduação e mestrado em Design da UFMA que embarcaram conosco na experimentação e vivência de “Corpo e design”. À FAPEMA, por meio do Edital Universal de 2018, que possibilitou as pesquisas preliminares sobre educação e antropoceno no campo do design.

REFERÊNCIAS

- CAVACANTE, Ruth; GÓIS, Cezar Wagner. **Educação biocêntrica**. Ciência, Arte, Mística, Amor e Transformação. Fortaleza: Edições CDH, 2015.
- DANOWSKI, Débora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. 2ª. Ed. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2017. 184p.
- DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.
- ESCOBAR, Arturo. **Contra o terricídio**. Tradução de Maria Cristina Ibarra Hernandez. Palestra da 16ª Participatory Design Conference 2020, Manizales (Colômbia). Publicado pela N-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/190>. Acesso em: 20 out. 2020.
- HARAWAY, Donna. **Staying with the trouble**: making kin in the Chthulucene. Durham and London: Duke University Press, 2016.
- INGOLD, Tim. **Being Alive**: essays on movement, knowledge, and description. London: Routledge, 2011.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2020. 64p.
- LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**. Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Rio de Janeiro: UBU, 2020a. 480p.
- _____. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b. 160p.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MENDES, J. (2020). O “Antropoceno” por Paul Crutzen & Eugene Stoermer. **Anthropocena. Revista De Estudos Do Antropoceno E Ecocrítica**, 1. <https://doi.org/10.21814/anthropocena.3095>
- SANTOS, C.; GUIZZO, I. “Eu acredito na transformação dos corpos”. Entrevista com Iazana Guizzo. Rio de Janeiro: **Arcos Design**, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.12957/arcosdesign.2019.47524>. Acesso em: 16 out. 2020.
- STENGERS, Isabelle. **Reativar o animismo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. Belo Horizonte: Chão de Feira, 2017. (Caderno de Leituras n. 62).

TORO, Rolando. **Biodanza**. São Paulo: Editora Olavobrás, 2002.

TSING, Anna *et al.* **Arts of living on a damaged planet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017. 348p.

TUNSTALL, Elizabeth Dori. Decolonizing Design Innovation: design anthropology and indigenous knowledge. *In*: GUNN, Wendy; OTTO, Tom; SMITH, R. C. **Design Anthropology: Theory and Practice**. London: Bloomsbury, 2013. p. 232-250.

WRIGHT MILLS, Charles. O homem no centro: o designer. *In*: **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.